



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUINTA CÂMARA

Processo n.º : 13702.001072/95-99  
Recurso n.º : 141.612  
Matéria : IRPJ e OUTROS - EX.: 1991  
Recorrente : BRASTEMPERA BENEFICIAMENTO DE METAIS LTDA.  
Recorrida : 4ª TURMA/DRJ em FORTALEZA/CE  
Sessão de : 24 DE FEVEREIRO DE 2005

RESOLUÇÃO Nº.105-01.213

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por BRASTEMPERA BENEFICIAMENTO DE METAIS LTDA.

RESOLVEM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, CONVERTER o julgamento em diligência, nos termos do voto do relator.

JOSE CLÓVIS ALVES  
PRESIDENTE

JOSE CARLOS PASSUELLO  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 28 MAR 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: LUIS GONZAGA MEDEIROS NÓBREGA, DANIEL SAHAGOFF, CORINTHO OLIVEIRA MACHADO, EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT, NADJA RODRIGUES ROMERO e IRINEU BIANCHI.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
QUINTA CÂMARA

2

Processo n.º : 13702.001072/95-99  
Resolução nº : 105-01.213

Recurso n.º : 141.612  
Recorrente : BRASTEMPERA BENEFICIAMENTO DE METAIS LTDA.

### R E L A T Ó R I O

BRASTEMPERA BENEFICIAMENTO DE METAIS LTDA., qualificada nos autos, recorreu (fls. 232 a 238), em 10.12.03, da decisão da 4ª Turma da DEJ em Fortaleza, CE (fls. 211 a 226), que manteve parcialmente exigência relativa ao IRPJ, CSLL, Finsocial e IRFonte s/Lucro Líquido (foi cancelado o PIS).

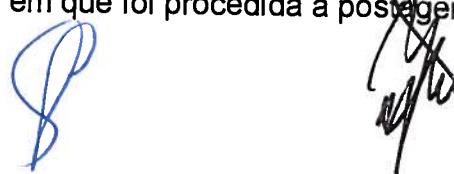
O recurso foi devidamente preparado conforme arrolamento comprovado a fls. 238.

Não consta do processo a comprovação da entrega da notificação correspondente à ciência da decisão recorrida, fato mencionado no processo (fls. 283), sendo que, mediante diligência a autoridade administrativa local assim concluiu:

*“ .... informando que em não havendo prova da data da ciência do contribuinte, não se pode considerar o recurso intempestivo.”*

O encaminhamento a este Colegiado se deu na forma do despacho de fls. 288, que se complementa com a declaração de fls. 283 de que o comprovante da intimação foi extraviado.

O Sr. Presidente desta 5ª Câmara diligentemente encaminhou o processo à Repartição de origem para manifestação sobre sua tempestividade, tendo recebido a informação (fls. 292 – verso) que a data do documento de fls. 284 – 10.10.2003 correspondia à data em que foi procedida a postagem da intimação.



2



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUINTA CÂMARA

3

Processo n.º : 13702.001072/95-99  
Resolução nº : 105-01.213

A decisão recorrida resumiu seu conteúdo na ementa (fls. 211 e 212):

*"Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ*

*Exercício: 1991*

*Ementa: Despesas não Comprovadas*

*Tendo a contribuinte deixado de trazer aos autos documentos hábeis que comprovariam a efetiva realização das despesas, deve ser mantido o Auto de Infração como formalizado na ação fiscal.*

*Bens de Natureza Permanente Deduzidos como Despesas*

*Submete-se à tributação o valor dos bens de natureza permanente deduzidos indevidamente como despesas.*

*Infrações não Contestadas*

*Considera-se não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pela impugnante.*

*Tributação Reflexa – Finsocial/Faturamento, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre o Lucro Líquido – ILL e Contribuição Social.*

*Aplica-se às exigências ditas reflexas o que foi decidido quanto à exigência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, devido à íntima relação de causa e efeito entre elas, ressalvadas as alterações exoneratórias procedidas de ofício, decorrentes de novos critérios de interpretação ou de legislação superveniente.*

*Programa de Integração Social – PIS/Receita Operacional*

*Com a suspensão das disposições contidas nos Decretos-leis nºs. 2445 e 2449, ambos de 1988, pela Resolução nº. 49, de 09/10/1995, do Presidente do Senado Federal, não subsiste o lançamento da contribuição para o Programa de Integração Social calculada com base naqueles diplomas legais.*

*Normas Gerais do Direito Tributário – Obrigação Acessória*

*Exercício: 1991*

3



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUINTA CÂMARA

4

Processo n.º : 13702.001072/95-99  
Resolução nº : 105-01.213

*Juros de Mora com base na Taxa Referencial Diária – TRD*

*Com fundamento na determinação contida no art. 1º da Instrução Normativa SRF nº 032/97, é de se cancelar a parcela do crédito tributário correspondente à exigência da Taxa Referencial Diária – TRD, no período de 04.02.91 a 29.07.91, remanescente, neste período, juros de mora a razão de 1% ao mês calendário ou fração, de acordo com a legislação pertinente.*

*Lançamento Procedente em Parte*

A imposição se deu na forma do conteúdo dos autos de infração, estando assim descritos os fatos, relativamente apenas aos itens constantes do recurso voluntário:

**"1- OMISSÃO DE RECEITAS  
SUPRIMENTO DE NUMERÁRIO**

*Omissão de Receita Operacional, caracterizada pela não comprovação da origem e/ou de efetividade da entrega do numerário, conforme Termo de verificação Fiscal, item 05, fls. 10/4.*

<b>EXERCÍCIO OU FATO GERADOR</b>	<b>VALOR APURADO</b>	<b>%MULTA</b>
1991	1.252.659,00	50

**ENQUADRAMENTO LEGAL:**

*Artigos 157 e parágrafo 1º.: 179; 181 e 387, inciso II, do RIR/80.*

**2- CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS  
CUSTOS OU DESPESAS NÃO COMPROVADAS**

*Valor apurado conforme Termo de Verificação Fiscal, item 07, fls. 10/4.*

<b>EXERCÍCIO OU FATO GERADOR</b>	<b>VALOR APURADO</b>	<b>%MULTA</b>
1991	3.210.235,00	50

**ENQUADRAMENTO LEGAL:**

4



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUINTA CÂMARA

5

Processo n.º : 13702.001072/95-99  
Resolução nº : 105-01.213

*Artigos 157 e parágrafo 1º; 191; 192; 197 e 387, inciso I, do RIR/80.*

**3 – CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS BENS DE NATUREZA PERMANENTE DEDUZIDOS COMO CUSTO CUSTO OU DESPESA**

*Custo(s) de aquisição de bens do ativo permanente deduzido(s) indevidamente como custo ou despesa operacional, conforme Termo de Verificação Fiscal, item 03, fls. 10/4.*

<b>EXERCÍCIO OU FATO GERADOR</b>	<b>VALOR APURADO</b>	<b>%MULTA</b>
1991	1.076.902,00	50

**ENQUADRAMENTO LEGAL:**

*Artigo 193 e parágrafos 1º e 2º; 387, inciso I, do RIR/80.*

**4 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

**OMISSÃO DE VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVAS**

*Valor apurado conforme Termo de Verificação Fiscal, item 02, fls. 10/4*

<b>EXERCÍCIO OU FATO GERADOR</b>	<b>VALOR APURADO</b>	<b>%MULTA</b>
1991	264.241,00	50

**ENQUADRAMENTO LEGAL:**

*Artigos 157 e parágrafo 1º; 175; 254, inciso I e parágrafo único; e 387, inciso II do RIR/80.*

**5 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

**GLOSAS DE VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVAS**

*Valor apurado conforme Termo de Verificação Fiscal, item 06, fls. 10/4.*

<b>EXERCÍCIO OU FATO GERADOR</b>	<b>VALOR APURADO</b>	<b>%MULTA</b>
1991	303.967,00	50

**ENQUADRAMENTO LEGAL:**

*Artigos 157 e parágrafo 1º; 191 e parágrafos; 254, inciso II e parágrafo único; e 387, inciso I, do RIR/80.*



5



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUINTA CÂMARA

6

Processo n.º : 13702.001072/95-99  
Resolução nº : 105-01.213

**6 – AJUSTES DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO  
ADIÇÕES**

**ADIÇÕES NÃO COMPUTADAS NA APURAÇÃO DO LUCRO  
REAL – EXCESSO DE REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES.**

*Excesso de remuneração de administradores não adicionado ao lucro líquido do período na apuração do Lucro Real, conforme dispõe a legislação do Imposto de Renda, calculado de acordo com o Termo de verificação Fiscal, item 01, fls. 10/4.*

**EXERCÍCIO OU**

<b>FATO GERADOR</b>	<b>VALOR APURADO</b>	<b>% MULTA</b>
1991	2.680.190,00	50

**ENQUADRAMENTO LEGAL:**

*Artigos 154; 157; parágrafo 1º; 173; 236 e 387, inciso I, do RIR/80.*

**7 – POSTERGAÇÃO DE IMPOSTO “INOBSERVÂNCIA REGIME DE  
ESCRITURAÇÃO”**

**ANTECIPAÇÃO DE CUSTOS OU DESPESAS**

*Valor apurado conforme Termo de Verificação Fiscal, item 04, fls. 10/4.*

**EXERCÍCIO OU**

<b>FATO GERADOR</b>	<b>VALOR APURADO</b>	<b>%MULTA</b>
1991	94.500,00	50

**ENQUADRAMENTO LEGAL:**

*Artigos 155; 157 e parágrafo 1º; 171; 172; 173; 280; 281 e 387, inciso II, do RIR/80.*

O recurso voluntário trouxe a informação de que não houve matéria não contestada, apenas tendo ocorrido o pagamento por conta de alguns itens da exigência, sendo que relativamente ao remanescente, quanto às despesas de prestação de serviços glosadas, há perfeita regularidade, e quanto às deduções de despesas de manutenção e conservação de bens de natureza permanente, devem elas ser consideradas despesas operacionais regulares.

6



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUINTA CÂMARA

7

Processo n.º : 13702.001072/95-99  
Resolução nº : 105-01.213

Traz ainda preliminar de prescrição e decadência invocando o art. 156 do CTN.

O auto de infração foi cientificado à recorrente em 27.01.95 e abrange fatos ocorridos no ano de 1990 (fato gerador – dezembro de 1990), exercício de 1991.

Constando negativa geral relativa a alguns itens, serão eles apreciados no voto, em cotejo com a afirmativa da recorrente de que nenhum item deixou de ser impugnado, quando se fará a delimitação da matéria a ser apreciada.

Assim se apresenta o processo para julgamento.

É o relatório.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "S. P.", positioned below the typed text.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "M. J. M.", positioned next to the typed text.

7



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUINTA CÂMARA

8

Processo n.º : 13702.001072/95-99  
Resolução nº : 105-01.213

V O T O

Conselheiro JOSÉ CARLOS PASSUELLO, Relator

O recurso foi devidamente preparado, restando necessária a apreciação de sua tempestividade.

Conforme relatório, não consta do processo o comprovante postal condutor da intimação relativa à decisão recorrida, tendo a autoridade administrativa local, concluído que a data constante do documento de fls. 284 – 10.10.2003 correspondia à data em que a intimação foi postada.

Porém, a fls. 233, no corpo do recurso voluntário, a recorrente afirma ter recebido a intimação no dia 12.11.2003, sem, porém, ter apresentado qualquer comprovante disso.

As duas datas têm relevância no processo.

A primeira que sugere a aplicação do art. 23, par 2º, II:

"Art. 23. Far-se-á a intimação:

(...)

II - Por via postal ou telegráfica, com prova de recebimento;

(...)

§ 2º Considera-se feita a intimação:

(...)"

II - Na data do recebimento, por via postal ou telegráfica; se a data for omitida, quinze dias após a entrega da intimação à agência postal-telegráfica;

(...)"



8



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUINTA CÂMARA

9

Processo n.º : 13702.001072/95-99  
Resolução nº : 105-01.213

Em tal circunstância, contados 15 dias da postagem, teríamos o início do prazo no dia 25.10.2003 e o prazo recursal vencendo no dia 24.11.2003.

Com a interposição do recurso no dia 10.12.2003, ele seria intempestivo.

Porém, se o recebimento da intimação se deu, como afirma a recorrente, no dia 12.11.2003, o recurso interposto no dia 10.12.2003 seria tempestivo.

A afirmativa da recorrente não foi acompanhada de prova, o que é costumeiro, uma vez que o AR está normalmente em poder da autoridade administrativa e conclui juntado ao processo, não é de se exigir que tal prova seja costumeiramente feita pela recorrente.

No presente caso, porém, a recorrente afirmou textualmente ter recebido a intimação no dia 12.11.2003, data que lhe é prejudicial comparativamente ao dia 25.10.2003 – 15 dias contados da postagem, entendo ser aconselhável não declarar a intempestividade sem antes provocar um procedimento de verificação.

Assim, proponho se converta o julgamento em diligência para que o processo retorne à Repartição de origem a fim de que a autoridade administrativa local mande verificar na Agência dos Correios a data em que foi entregue a intimação, já que lá constam os registros completos de cada protocolo de entrega, bem como intime a recorrente a comprovar o recebimento na data mencionada, essa providência alternativa, para o caso de omissão nos registros dos Correios.



9



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUINTA CÂMARA

10

Processo n.º : 13702.001072/95-99  
Resolução nº : 105-01.213

Após tal procedimento deve o processo retornar a este Colegiado para prosseguimento do julgamento.

Sala das Sessões - DF, em 24 de fevereiro de 2005.

JOSE CARLOS PASSUELLO

10